

“ESTIVEMOS AQUI A DEBATER O NOSSO PAÍS”

RUI RIO NO ENCERRAMENTO DA 1.ª CONVENÇÃO DO CEN



O EUROPARQUE, EM SANTA MARIA DA FEIRA, ACOLHEU, NOS DIAS 15 E 16 DE FEVEREIRO, A 1.ª CONVENÇÃO DO CONSELHO ESTRATÉGICO NACIONAL (CEN). CERCA DE 1500 PARTICIPANTES DISTRIBUÍDOS POR 16 SESSÕES TEMÁTICAS CORRESPONDENTES ÀS SECÇÕES DO CEN (E UMA ADICIONAL, DEDICADA À REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO), E DEZENAS DE INTERVENÇÕES MARCARAM UMA INICIATIVA QUE CULMINOU NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO, COM O DISCURSO DO PRESIDENTE DO PSD



pág. 11

PRESIDÊNCIA

O PLANO NACIONAL DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO

Castro Almeida, vice-Presidente do PSD, escreve esta semana um artigo de opinião sobre o designado Plano Nacional de Investimentos



pág. 12

PSD

REMODELAÇÃO DO GOVERNO REVELA DESORIENTAÇÃO

“Esta remodelação passa uma imagem de instabilidade e até de uma certa desorientação ao país e ao exterior. Deparamo-nos com a sexta remodelação governativa em apenas quatro anos e o mandato ainda não terminou”, afirmou no domingo, dia 17, André Coelho Lima.



pág. 13

LOCAIS

PSD/VISEU CRITICA GOVERNO POR “TRAVAR OBRAS NA URGÊNCIA” DO HOSPITAL

O PSD/Viseu criticou o Governo por, devido a “razões eleitoralistas”, continuar a “travar as obras na urgência” do hospital, que está “insuportável para os utentes” e para os profissionais que lá trabalham

**JOSÉ CANCELA MOURA**
Diretor do "Povo Livre"

UM GOVERNO RECAUCHUTADO

Faltam sete meses para terminar o mandato do Governo, mas o primeiro-ministro decidiu remodelar o executivo. É a sexta remodelação de um Governo sem rei nem roque, esgotado e conformado. Para sobreviver, a denominada geringonça conheceu múltiplas metamorfoses. Ao fim de mais três anos, foram substituídos 10 ministros e 21 secretários de Estado.

Esta remodelação ocorre depois do repto de Paulo Rangel, que acusava o Governo de utilizar recursos públicos para promover despudoradamente um candidato ao Parlamento Europeu. Na verdade, em vez de um, são dois candidatos, e saem dois ministros para integrar a lista socialista que se apresentará às eleições para o Parlamento Europeu.

Esta remodelação ministerial prova que o PS não sabe distinguir onde acaba o Estado e começa o partido, e vice-versa. Por um lado, é estranho. Porque é um governo completamente diferente do inicial, tantas foram as recauchutagens que sofreu. Por outro, é compreensível. Não obstante não haja sequer ganho as eleições, o primeiro-ministro procurou sempre recorrer a operações de cosmética para se convencer a si próprio, até à exaustão, de um modelo de governação contranatura. Ora o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.

Esta mexida na composição do Governo é também contraditória com as palavras do primeiro-ministro, que elogiara a grandeza e a qualidade dos quadros socialistas. Afinal, para poder fechar a lista ao Parlamento Europeu, teve de recorrer aos seus ministros, porque não tinha mais por onde escolher; ou, pior ainda, recorre ao círculo partidário mais restrito, que oscila entre a corrente marxista do PS, que campeia a autarquia da capital e o leque de famílias que dominam o PS. Para os socialistas, as escolhas resumem-se a uma árvore genealógica que desde há 40 anos domina o aparelho do Largo do Rato.

Para além do primeiro-ministro, só integraram o executivo de José Sócrates os atuais ministros Augusto Santos Silva, Vieira da Silva, Mariana Vieira da Silva, Ana Paula Vitorino e Eduardo Cabrita.

E antes só haviam integrado o executivo de Guterres, outra vez, António Costa, Augusto Santos Silva, Vieira da Silva, Ana Paula Vitorino e Eduardo Cabrita.

Para um partido que se diz republicano, o PS é o partido que, em Portugal, mais próximo está de uma monarquia. Para os socialistas, governar é, sobretudo, uma questão de família. A partir desta semana, o primeiro-ministro poderá reunir o Conselho de Ministros numa qualquer sala de jantar.

Da remodelação conclui-se, pois, que fica tudo em família para que tudo fique exatamente na mesma. E, mais preocupante ainda, é concluir que está de volta o PS mais sócrático de sempre.

Rui Rio no encerramento da 1.ª Convenção d

“ESTIVEMOS O NOSSO PAÍS



o CEN

AQUI A DEBATER

S”



O Europarque, em Santa Maria da Feira, acolheu, nos dias 15 e 16 de fevereiro, a 1.ª Convenção Nacional do Conselho Estratégico Nacional (CEN). Cerca de 1500 participantes distribuídos por 16 sessões temáticas correspondentes às secções do CEN (e uma adicional, dedicada à reforma do sistema político), e dezenas de intervenções marcaram uma iniciativa que culminou na sessão de encerramento, com o discurso do Presidente do PSD. “A política só faz sentido se for para resolver os problemas reais das pessoas”, afirmou Rui Rio. O CEN traduz uma militância diferente de um partido que está apostado “em produzir conhecimento, conceber políticas e soluções a apresentar aos portugueses”, como sintetizou o coordenador nacional do CEN, David Justino

Na sessão de encerramento, dia 16, Rui Rio defendeu uma aproximação entre a sociedade e os partidos políticos e de forma a combater a “degradação do sistema partidário”, “uma degradação que tem como consequência a abertura da porta de entrada ao populismo”.

A criação do CEN constitui, de acordo com Rui Rio, uma “experiência pioneira muito relevante para a nossa democracia”.

O Presidente do PSD entende que é altura de “não só captar personalidades independentes para a intervenção política, como dar, também, aos militantes do PSD a possibilidade de terem uma militância diferente e mais próxima dos verdadeiros problemas com que os portugueses se confrontam no dia-a-dia”.

Rui Rio sublinha que “a política só faz sentido se for para resolver os problemas reais das pessoas”, pelo que “não tem qualquer utilidade quando é exercida em torno de guerras partidárias estereis ou conduzida por temas virtuais, que podem alimentar notícias e fomentar a notoriedade pública, mas que nada dizem ao cidadão comum”.

No quadro das reformas estruturais, terão de ser realizadas reformas no sistema político, na justiça, no Estado, na política de natalidade e na segurança social, para as-

PRESIDÊNCIA

segurar a sua sustentabilidade.

A justiça é uma área que carece de “mais celeridade, mais transparência, mais especialização, mais escrutínio público, mais cumprimento da lei, menos impunidade e meios mais modernos para poder funcionar em maior consonância com a sociedade atual”. “Mas, a este propósito, tem de ficar aqui bem claro para todos, que se é verdade que não queremos a política na justiça, também não é menos verdade que não queremos a justiça na política. Se são intoleráveis as pressões de políticos sobre um sistema judicial que se quer independente, também não são menos intoleráveis as pressões ou a gestão de processos judiciais em função de objetivos de natureza política. O condicionamento do poder parlamentar legislativo por parte do poder judicial é tão reprovável como o seu contrário. Temos de ser capazes de cumprir o Estado de Direito Democrático em toda a sua plenitude”, destacou.

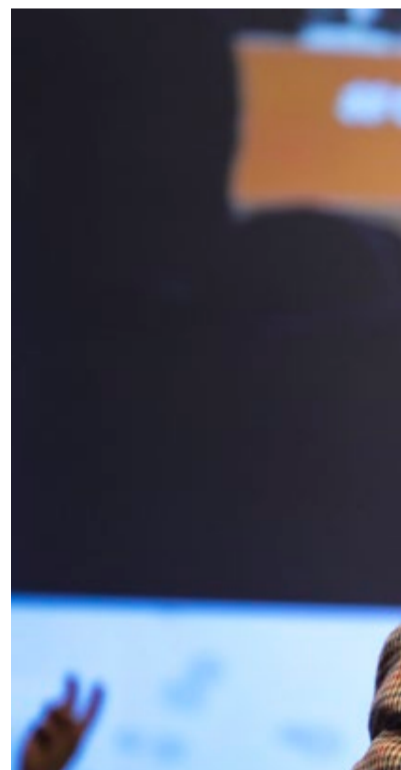
O desafio demográfico é, segundo Rui Rio, “absolutamente decisivo para o futuro do País, implica um olhar transversal e multidisciplinar, no sentido de poder ser atacado em todas as suas vertentes”. O problema demográfico envolve, sobretudo, duas dimensões: atacar a baixa natalidade e o envelhecimento acelerado da população.

Rui Rio insiste que o PSD irá “continuar a fazer todo o esforço necessário para conseguir que Portugal possa ter as reformas que o seu desenvolvimento reclama”. “No 37.º Congresso do PSD, faz hoje um ano, afirmei que ‘Temos de identificar e sistematizar as principais razões pelas quais os casais têm poucos filhos e consensualizar um conjunto de medidas drásticas e duradouras no tempo, de molde a se produzir o choque cultural que temos de conseguir’”, observou.

O líder do PSD considera absolutamente prioritária a reforma do sistema político, razão pela qual foi criado um painel de debate sobre a reforma do sistema político e do funcionamento dos partidos. A esse propósito, Rui Rio diz que serão analisadas diversas soluções: “círculos eleitorais mais pequenos na eleição para a Assembleia da República, de molde a que o povo conheça realmente quem elege e melhor possa escrutinar o seu trabalho; redução sensata do número de deputados, de forma a não por em causa o princípio da proporcionalidade nem a capacidade de funcionamento dos grupos parlamentares mais pequenos; contabilização dos votos brancos e nulos para efeito do número de deputados a eleger; alargamento das legislaturas para cinco anos, facilitando uma governação menos condicionada pelos ciclos eleitorais; revisão do modo de funcionamento da Assembleia da República; reformulação dos executivos camarários, de modo a privilegiar a competência, em lugar da lógica de lista corrida, adequada apenas aos órgãos deliberativos; reforço da vertente da formação política no quadro do funcionamento e do financiamento dos partidos; simplificação do mecanismo do referendo local”.

No capítulo da segurança e da autoridade do Estado, Rui Rio recordou o assalto de Tancos, que constitui “o exemplo mais gritante de como a nossa segurança se tem degradado; uma novela de contornos dramáticos que ainda não entendemos na sua plenitude e que continuamos a aguardar não só por uma completa explicação, como pela acusação e julgamento dos autores do crime e seus cúmplices diretos e indiretos”.

A saúde é também uma área onde se tem acentuado, de forma preocupante, “a degradação dos serviços públicos” e que será, por isso, uma prioridade a constar no programa de Governo do PSD. “Durante os últimos 3 anos a situação do SNS agravou-se de forma penosa para a população portuguesa, particularmente para a de menores recursos financeiros. Na prática, o Estado não está a cumprir a Constituição da República Portuguesa, que determina que todos têm de ter acesso a um SNS tendencialmente gratuito. Há 2,7 milhões de portugueses cobertos por seguro de saúde. Este é o dado mais exemplificativo de que, em boa verdade, os portugueses não têm acesso em tempo útil aos serviços de saúde do Estado. Se não fosse por sentirem na pele o que significa o desespero de listas de espera intermináveis, por que razão haveriam os portugueses de con-



tratar seguros de saúde? Esperar mais de um ano por uma consulta ou por uma cirurgia, como acontece em múltiplas situações, é, praticamente, negar o acesso aos cuidados de saúde hospitalares. Nos centros de saúde a situação não é muito melhor, pois mais de 700.000 portugueses não têm médico de família. Hoje, no SNS falta quase tudo: recursos humanos, manutenção, investimento e, acima de tudo, critérios de gestão eficazes, de molde a otimizar os recursos disponíveis e eliminar o desperdício”, salientou.

A ausência de uma estratégia de crescimento sustentado trará efeitos negativos para os portugueses. “Na lógica da competição entre o PS, o PC e o BE, para verem quem melhores notícias consegue dar ao eleitorado e assim justificar o seu apoio à denominada geringonça, o Governo cuidou de, em todos os Orçamentos do Estado, distribuir, até ao osso, tudo o que tinha à disposição. Em nada cuidou do futuro, pois só o presente interessa àquilo que vamos ouvindo apelidar de uma política pa-





mos pior serviço. E falta ainda referir, que “no pagamos mais” levamos de prenda socialista uma Autoridade Tributária cada vez mais intrusiva nas nossas vidas e cada vez mais prepotente na relação com o contribuinte. Já só falta o cidadão ser obrigado a deixar o funcionário do fisco dormir lá em casa, para melhor lhe vasculhar os armários, as gavetas e, se necessário for, os próprios bolsos”, ironizou.

O Presidente referiu que o PSD está a construir um pro-

com eles convivem diretamente no exercício prático da sua profissão, ficamos mais capacitados para encontrar soluções que possam relançar o País no caminho do desenvolvimento”.

O trabalho produzido pelo CEN culminará num programa focado no futuro de Portugal, “em vez de olhar apenas para o presente, como hoje, infelizmente, acontece com a atual governação socialista”. Uma governação que, acusa Rui Rio, se subordina “às reivindicações da esquerda mais radical, apostou em tudo distribuir no presente, ignorando o futuro e desprezando, dessa forma, as gerações mais jovens”.

“Chegamos ao fim de uma Convenção inédita em termos da atividade partidária clássica. Não discutimos nomes, não elegemos ninguém para nada, não houve os truques nem as jogadas de bastidores, infelizmente tão frequentes em reuniões político-partidárias. Estivemos aqui apenas a debater o nosso País. A preocupação de todos os participantes foi a de trocarmos ideias, servindo a sociedade e aproveitando para enriquecer os seus próprios conhecimentos”, terminou.

PSD irá apresentar proposta de reforma do sistema eleitoral

O PSD vai apresentar uma proposta de reforma do sistema eleitoral para a Assembleia da República e que constará do programa eleitoral das eleições legislativas de 06 de outubro. Pedro Rodrigues, que preside à Comissão para a Reforma do Sistema Político, afirmou, em conferência de imprensa, enquanto decorria a discussão das sessões temáticas da Convenção do CEN, que a proposta ainda não está fechada. “Vamos apresentar uma proposta de reforma de sistema eleitoral para a Assembleia da República que levaremos no programa eleitoral das próximas legislativas”, garantiu.

O texto final resultará, segundo Pedro Rodrigues, do “equilíbrio que se tem de encontrar entre a proporcionalidade do sistema e uma efetiva necessidade de se aprofundar a ligação entre eleitos e eleitores”. “Seguramente no programa eleitoral virá a nossa posição sobre a reforma do sistema político e sistema eleitoral”, assegurou. O PSD pretende aproximar eleitores e eleitos, introduzir uma maior transparência no mandato parlamentar e aumentar a responsabilidade política dos eleitos.

Pelas 15h30, teve início o debate “Portugal Hoje e Amanhã”, com a participação de Daniel Bessa, Helena Freitas, Miguel Guimarães e Miguel Cadilhe, e com moderação a cargo de Filipa Roseta. Mais tarde, Paulo Rangel anunciou que Carlos Moedas é o mandatário nacional do PSD às eleições europeias de 26 de maio.



triótica e de esquerda. O que Portugal tem de fazer é exatamente o contrário. Não é o consumo que tem de ser o motor do crescimento económico. Os motores do crescimento têm de ser as exportações e o investimento. O reforço do consumo privado deve ser a consequência de mais produção e não o contrário, tal como o passado recente de má memória, bem nos recordou”, apontou.

A par do crescimento anémico, assistimos “à maior carga fiscal da história de Portugal”. “Nunca os portugueses pagaram tantos impostos e nunca os portugueses viram os serviços públicos se degradarem tanto em tão pouco tempo. Temos o pior de dois males: pagamos mais e te-

jeto político alternativo. “Dizer muito mal dos outros não é programa que configure uma estratégia para resolver os problemas dos portugueses e recolocar Portugal no caminho do desenvolvimento”, ressaltou.

Rui Rio agradeceu o trabalho que está a ser desenvolvido no CEN, em especial ao Prof. David Justino, coordenador-geral, e a todos os 16 coordenadores e 16 porta-vozes setoriais espalhados pelo país, distrito a distrito, em 160 subsecções descentralizadas. “Debateram-se nesta convenção, em 17 salas temáticas, praticamente todos os temas decisivos para o futuro de Portugal. Com a participação dos que neles pensam, e dos que

10 FRASES DA CONVENÇÃO DO CEN

“

“Conseguimos mobilizar cerca de 1500 quadros, entre militantes no ativo, outros afastados e independentes que aceitaram pensar o País de uma forma construtiva e inovadora”

DAVID JUSTINO, COORDENADOR NACIONAL DO CEN

“Vamos apresentar uma proposta de reforma do sistema eleitoral para a Assembleia da República”

PEDRO RODRIGUES, COORDENADOR DA COMISSÃO PARA A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO E SISTEMA ELEITORAL

”

“Somos a alternativa, porque eles falam e nós fazemos”

FILIPA ROSETA, PORTA-VOZ DE ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEN

“Humanização e acesso à saúde são pilares do trabalho do CEN na área da Saúde”

RICARDO BAPTISTA LEITE, PORTA-VOZ DE SAÚDE DO CEN

“O ministro Centeno é o que parece, as suas finanças públicas é que parecem o que não são”

MIGUEL CADILHE, ECONOMISTA

“A política indigna simplista e perigosa do populismo é a antítese de tudo o que podemos desejar”

HELENA FREITAS, PROFESSOR UNIVERSITÁRIA

“O SNS só chega a 64% dos portugueses”

MIGUEL GUIMARÃES, BASTONÁRIO DA ORDEM DOS MÉDICOS

“Devíamos ter feito uma consolidação bem superior àquela fizemos, para que, agora que se aproxima um tempo de vacas magras, o Governo estivesse em condições de gastar”

DANIEL BESSA, ECONOMISTA

“Um mau ministro não pode ser um bom deputado europeu”

PAULO RANGEL, CABEÇA DE LISTA ÀS ELEIÇÕES EUROPEIAS

“Precisamos de ligar as pessoas aos partidos através de novos conhecimentos”

CARLOS MOEDAS, MANDATÁRIO NACIONAL DO PSD ÀS ELEIÇÕES EUROPEIAS

Rui Rio no I3S

GOVERNO “EXAGEROU” NAS REMODELAÇÕES



Rui Rio considera que o Governo “exagerou um bocadinho” nas remodelações e que as sucessivas alterações de secretários de Estado e de ministros não conferem estabilidade governativa. “Eu, naturalmente, percebo que tem de haver muitas vezes remodelações governativas, agora parece-me que este Governo exagerou um bocadinho, não há grande estabilidade governativa se olharmos desde 2015/2016 até hoje”, afirmou Rui Rio, esta quinta-feira, após uma visita ao Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (I3S), no Porto, na companhia do candidato do PPE à Comissão Europeia, Manfred Weber, e do cabeça de lista do PSD às eleições europeias, Paulo Rangel.

Para o Presidente do PSD, é “muito difícil” um governo ter uma governação de médio e longo prazo se os seus elementos estão permanentemente a mudar, acrescentando já ter perdido “há muito tempo” a conta às alterações. “Eu já perdi a conta às remodelações, eu já perdi a conta aos secretários de Estado, eu já perdi a conta aos ministros que, entretanto, se alteraram”, sublinhou.

Rui Rio defende que não pode haver uma política consistente se as pessoas estão sempre a mudar, reforçando que as remodelações de secretários de Estado “foram mesmo muitas”. “Eu até sou favorável à legislatura de cinco anos, quatro anos já é curto, e dentro dessa legislatura de quatro anos o Governo está sempre a mudar de ministros e secretários de Estado, obviamente que isso não dá governação estabilizada”, salientou.

Governo não prepara o País para um ciclo mais baixo de crescimento

O Presidente do PSD critica o Governo por não ter preparado o País para um ciclo mais baixo de crescimento económico. “Não se preparou [para um ciclo mais bai-



xo]. O que o Governo fez foi distribuir, não foi investir e é evidente que quando entrámos num ciclo mais baixo estamos menos preparados para o enfrentar e, necessariamente, haverá mais sofrimento do que aquele que deveria haver se tivéssemos tido um Governo que aproveitasse o ciclo alto da economia para preparar melhor a nossa economia e torna-la mais competitiva”, disse Rui Rio.

Segundo o INE, a economia portuguesa cresceu 2,1% em 2018, um valor inferior em 0,7 pontos percentuais ao registado no ano anterior e abaixo da previsão do Governo, que era de 2,3%.

Rui Rio sublinha que aquilo que estes dados traduzem

é que Portugal vai entrar “na parte mais baixa do ciclo económico”. “A questão que está aqui de fundo é se se preparou o país nestes quatro anos em que estivemos num ciclo mais alto do crescimento para um ciclo mais baixo e não, não se preparou”, lamentou.

A propósito da visita de Manfred Weber a Portugal, Rui Rio afirma que esta deslocação permite continuar a sensibilizar os portugueses para a responsabilidade do próximo ciclo europeu, aproximando os protagonistas dos problemas, mas também da vitalidade e da história do nosso País. Por fim, a escolha do instituto I3S justifica-se, de acordo com Rui Rio, para alertar a Europa quanto à necessidade de continuar de mobilizar recursos na investigação e na cura contra o cancro.

Rui Rio recebeu 10 estruturas sindicais

“GOVERNO DEVE CUMPRIR A LEI E NEGOCIAR COM OS PROFESSORES”



Rui Rio considera uma “grande irresponsabilidade” o Governo não retomar as negociações com os professores ainda durante o 2.º período letivo e tal como foi determinado pelo Parlamento em sede de Orçamento do Estado para 2019. O Presidente social-democrata, que recebeu, esta quarta-feira, na sede nacional, em Lisboa, uma plataforma de 10 estruturas sindicais representativas dos professores e educadores, afirma que “o PSD está do lado da solução” e espera prudência e sentido de responsabilidade por parte do Ministério da Educação. “Os sindicatos estão a negociar bem. O Governo não está a ser prudente, mas, acima de tudo, não está a cumprir a lei”, reiterou Rui Rio.

No dia 26 de junho de 2018, Rui Rio teve um primeiro encontro com a plataforma dos sindicatos dos professores: a FENPROF, a FNE, a ASPL, o SPLIU, o SIPPEB, o SE-PLEU, a Pró-Ordem, a FEPECI, a FENEL e o SIPE.

Governador do BdP deve analisar “em consciência” se tem condições para continuar”

Rui Rio entende que cabe ao governador do Banco de Portugal ter a iniciativa de avaliar se tem condições para continuar à frente do regulador nacional. “O Dr. Carlos Costa sabe exatamente o que fez enquanto foi administrador da Caixa Geral de Depósitos. Está em condições de saber se aquilo que fez se encaixa nos parâmetros de idoneidade a que ele próprio recorre para avaliar os outros”, especificou.

Rui Rio diz que só o governador sabe se estará em condições para se manter no cargo. “A decisão que tomar agora é determinante. Se fica, é porque está seguro e vai à Comissão de Inquérito e defende-se com facilidade. Basta lá dizer que não participou em nenhuma dessas decisões e não haver nenhum documento que o comprove. Não tem problema nenhum. Isto é que não se deve arrastar”, frisou.

Rui Rio observa que “o pior que pode acontecer é ele [governador] não fazer nada e chegar em sede de Comissão de Inquérito e se verificar a participação dele nessas decisões, sem que ele assuma essas decisões por motu proprio”.

“A ADSE não pode acabar”

Rui Rio defende que “a ADSE não pode acabar”. Desde logo, porque “presta um bom serviço”, seria “injusto para os funcionários públicos” e seria “absolutamente caótico” para o SNS. “A ADSE não pode acabar. Em primeiro lugar, porque presta um bom serviço. Por outro lado, se destruírem a ADSE, um milhão de pessoas vão cair num serviço saturado”.

Rui Rio entende que o Governo tem o dever de fiscalizar todas as irregularidades e abusos que possam ocorrer no subsistema. “Aquilo que parece é que estão a querer destruir a ADSE. E destruir a ADSE é injusto para os funcionários públicos e absolutamente caótico para todo o resto de Portugal, designadamente para o Serviço Nacional de Saúde”, reiterou.



GOVERNO COLHE “AS CONSEQUÊNCIAS” DE UM PAÍS QUE “NÃO CORRESPONDE À REALIDADE”



Perante a onda de greves que tem encerrado os serviços do Estado e no dia em que decorre mais uma paralisação nacional na função pública, Rui Rio acusa o Governo de ter vendido um País que “não corresponde à realidade”, “um País nas maravilhas”. “Temos o descontentamento já hoje, com a economia a crescer. O Governo está a colher as consequências do que fez”, afirmou.

Rui Rio entende que “o Governo perdeu a mão na questão social”, e que é muito mais do que o descontentamento de duas classes profissionais, como os enfermeiros e os professores. “Isto são greves por tudo quanto é lado”, apontou.

Num comentário à situação política em Espanha, o líder do PSD espera que a crise política no País vizinho não tenha qualquer impacto em Portugal. “A economia portuguesa tem uma integração com a economia espanhola. Qualquer quebra da economia espanhola reflete-se negativamente em Portugal”, disse.

O Presidente do PSD, que acompanhou, dia 15, Paulo Rangel, cabeça de lista social-democrata às eleições europeias, e Manfred Weber, candidato do PPE à Comissão Europeia, num passeio e contacto com a população na baixa do Porto, considera que as “eleições europeias são importantes” para Portugal “ter força na Europa”. Rui Rio defende que quanto mais participação tiverem as próximas eleições, mais peso Portugal irá ter nas instituições europeias para “melhor resolver os problemas nacionais”.



REMODELAÇÕES DO GOVERNO MOSTRAM “FALTA DE RUMO”



Para Rui Rio, o corrupio de remodelações do XXI Governo é revelador de uma ausência de “estratégia” e de falta de “rumo”. “Nestes três anos e muito, já houve seis remodelações de Governo e mudaram dez ministros e 21 secretários de Estado. Não é possível uma governação estabilizada quando fazemos estas alterações em tão pouco tempo. Objetivamente, um governo que muda todas estas vezes demonstra falta de rumo. Não há uma política estruturada. Há uma resposta ao quotidiano”, afirmou Rui Rio, na segunda-feira, após uma reunião com a Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP).

O Presidente do PSD alerta para um certo “afunilamento” no Conselho de Ministros, porque “pela primeira vez na história de Portugal, senta-se marido e mulher e agora pai e filha”.

“É uma remodelação a meia dúzia de meses das eleições, feita por necessidade, devido à saída de ministros para o Parlamento Europeu [Pedro Marques e Maria Manuel Leitão vão integrar as listas do PS às eleições europeias]”, declara o Presidente do PSD.

Rui Rio diz que “não é possível ter uma governação estabilizada quando fazemos estas alterações em tão pouco tempo”. E, com estas remodelações, o Governo está a gerir o quotidiano. “O próximo [ministro] até pode responder melhor ao dia a dia, mas não a uma linha de rumo”, considerou.

Sobre o relatório da OCDE acabado de divulgar, Rui Rio assinala que “Portugal não teve, nestes quatro anos, uma estratégia de crescimento económico sustentada”, pelo que, “numa análise mais fina, vai-se percebendo que não se apostou nas exportações ou no investimento”.

No capítulo fiscal, o Presidente insiste que Portugal “tem, neste momento, a maior carga fiscal da história”, e

curiosamente assistimos a uma degradação acentuada dos serviços públicos. “Nunca foi tão pesada e, em compensação, os portugueses têm piores serviços públicos. Têm péssimos serviços públicos, pior do que há três ou quatro anos. Toda a gente sente isso na rua”, observou.

Rui Rio explicou ainda o voto favorável do PSD à moção de censura, referindo que esse posicionamento é “simbólico”, pelo que não podia ser diferente para ser con-

sequente com as críticas que o PSD vai fazer durante o debate da moção de censura, na quarta-feira, no Parlamento.

“É por demais evidente que a moção de censura ao Governo apresentada pelo CDS não tem qualquer efeito prático”, elucidou Rui Rio, sendo que no plenário da Assembleia da República o PSD vai “repetir as principais críticas que tem feito ao Governo”.



O PLANO NACIONAL DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO



O Governo resolveu apresentar a sua proposta do designado Plano Nacional de Investimentos, no último ano da legislatura.

No ano de fazer balanço e mostrar “obra feita”, o Governo optou por apresentar uma lista de intenções de investimento para 2030. Verdadeiramente não se trata duma opção do Governo. É que, em boa verdade, não tinha alternativa.

Como não tem obra para inaugurar, o Governo apresenta-se a dizer: “agora é que vai ser”. O Governo quer que se fale de futuro, para que não se fale do passado. O PSD deve falar do futuro, mas de cada vez que o fizer, deve recordar a paralisia e a inação dos últimos 3 anos em matéria de investimento público.

Não é por falta de planos que o Governo não realiza obra. O Plano de Investimentos aprovado pelo Governo de Passos Coelho em 2014 está executado a menos de 20%.

Manifestamente que os investimentos públicos foram a variável de ajustamento (o parente pobre) da execução orçamental desde 2016. Só assim se compreende que os valores de investimento público tenham atingido no Governo de António Costa os valores mais baixos desde que há registos. Nem nos anos terríveis da troika se investiu tão pouco em Portugal.

Depois de dizer e repetir que o Governo de António Costa desprezou o investimento público, não cumpriu o plano (PETI 3+) aprovado pelo Governo anterior, é que

podemos encarar o novo plano de investimentos para 2030.

De “Plano” tem muito pouco. É um embrião de Plano. Um pontapé de saída muito incipiente.

Para que possa chegar a ser um Plano, tem forçosamente de contemplar um cronograma dos investimentos (quando começa e acaba cada uma das obras), concretizar, ainda que não exaustivamente, as principais obras de cada programa, especificar as fontes de financiamento de cada obra, sustentar tecnicamente as estimativas orçamentais de cada obra, por forma a habilitar à necessária análise custo/benefício.

Tudo isto falta ao documento apresentado pelo Governo. É um primeiro passo, muito distante ainda dum trabalho consistente que possa nortear os investimentos públicos.

A nossa posição deve estar orientada para fazer aquilo que é certo, aquilo de que Portugal precisa: um verdadeiro plano plurianual que comprometa as forças políticas (estando na oposição ou no Governo) e garanta previsibilidade aos investimentos públicos.

Tal como está, o plano não pode merecer o nosso acordo. Devemos apresentar as nossas propostas e a nossa metodologia. E consoante sejam ou não aceites, o plano deverá ter ou não ter o nosso voto.

Manuel Castro Almeida
Vice-Presidente do PSD

REMODELAÇÃO DO GOVERNO REVELA DESORIENTAÇÃO



“Esta remodelação passa uma imagem de instabilidade e até de uma certa desorientação ao país e ao exterior. Deparamo-nos com a sexta remodelação governativa em apenas quatro anos e o mandato ainda não terminou”, afirmou no domingo, dia 17, André Coelho Lima.

Para o vogal da Comissão Política Nacional do PSD, é incompreensível que haja “uma remodelação a apenas seis meses das eleições”. Neste curto espaço de tempo, “basta que as pessoas se perguntem o que farão os novos titulares das pastas com apenas seis meses pela frente para poderem implementar as suas políticas. De facto, não se imagina que possam fazer algo mais do que gestão corrente”.

“Há uma priorização da estratégia partidária em detrimento da estratégia governativa”, afirmou Coelho Lima, dado que Pedro Marques, que foi a cara do “roadshow do Plano Nacional de Investimentos que o Governo apresentou como a grande revolução urbanística no país, ao nível das obras públicas, até 2030, deste plano e agora abandona o Governo”.

Para o PSD, há também uma “curiosidade” na remodelação anunciada por António Costa: “traz-nos à memória aquela fantástica série dos anos 80, protagonizada pelo Archie Bunker, que se chamava “All in the Family”. Se nós já tínhamos no Governo marido e mulher, agora temos pai e filha. É de facto tudo em família”, disse, referindo-se a Mariana Vieira da Silva e José António Vieira da Silva.

Esta decisão representa a antítese do que o PSD tem vindo a fazer, pois na convenção do Conselho Estratégico Nacional de sábado, ficou demonstrado que se pretende “abrir o partido, abrir o programa do partido para além da própria militância”.

“Temos um Partido que se está a abrir ao país e um Governo que se está a fechar sobre si próprio”, concluiu.

O DEVER DE GARANTIR A QUALIDADE DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRESTADOS PELA ADSE

A disputa em curso em torno da ADSE (Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.), o subsistema de prestação de cuidados de saúde aos funcionários da Administração Pública, coloca uma enorme insegurança entre os seus beneficiários (cerca de 800.000), sobretudo aqueles mais envelhecidos e que dependem bastante deste subsistema. Revela, também, a postura ideológica preconceituosa do Governo, através do Ministério da Saúde que tutela a ADSE mas que, por outro, lava as mãos como Pilatos afastando-se de uma negociação séria que garanta o regime convencionado e a continuação da prestação dos cuidados de saúde nas unidades que agora ameaçam romper (e que representam cerca de 75% da oferta de cuidados de saúde). Esta negociação tem de assentar, por um lado, numa gestão rigorosa, mas, por outro, na necessidade de assegurar aos utentes uma oferta que confira plena qualidade ao subsistema e que permita que estes mantenham a sua inscrição no mesmo (que, recorde-se, deixou de ser obrigatória).

Convirá esclarecer que são os funcionários do Estado que pagam integralmente este seu subsistema de saúde através de um desconto de 3,5% do seu salário (vezes 14 meses por ano). É, por um lado, um seguro de saúde, mas por outro lado, ao contrário de um seguro normal, quem mais recebe, mais contribui numa lógica de solidariedade. E é precisamente por isto que a situação presente é preocupante. Se pairarem nuvens negras sobre a qualidade do subsistema, iremos assistir a uma debandada progressiva daquele que mais contribuem porque, pelo mesmo montante da sua contribuição (ou até montantes inferiores) conseguem seguros de saúde

de com níveis de cobertura elevados. Ficarão assim no subsistema aqueles que pouco contribuem ou que, em virtude da sua idade mais avançada, não têm alternativa tornando-o deficitário a prazo.

Se de igual modo e em função do exposto, o subsistema soçobrar então o SNS, que vive já as amarguras a que todos assistimos (especialmente agravadas na presente legislatura) sofrerá uma pressão insustentável. Mais uma vez, perante esta postura política, acentuam-se as desigualdades sociais. É que, num cenário hipotético de desmoronamento de um subsistema que é solidário, aqueles que podem contratarão seguros de saúde, mas, os demais, engrossarão um SNS que já não vai dando resposta atempada e de qualidade e que, tendencialmente, sofrerá ainda um agravamento pelo aumento do afluxo de utentes.

Há, pois, que encarar o assunto de frente e com realismo. O Ministério da Saúde tem a tutela do Instituto Público ADSE. Assim sendo não se poderá furtar às suas responsabilidades e não pode apenas endossá-las ao Conselho Diretivo da ADSE. Certamente que os funcionários da Administração Pública não perdoarão.

Pedro Roque

Deputado

Secretário-geral dos Trabalhadores Social Democratas



PSD/WISEU CRITICA GOVERNO POR “TRAVAR OBRAS NA URGÊNCIA” DO HOSPITAL

O PSD/Viseu criticou o Governo por, devido a “razões eleitoralistas”, continuar a “travar as obras na urgência” do hospital, que está “insuportável para os utentes” e para os profissionais que lá trabalham. “A falta de espaço, de comodidade e de dignidade para atender cerca de 600 pessoas por dia é manifestamente notória, levando alguns utentes a esperar mais de uma dezena de horas deitados numa maca em pleno corredor”, refere, em comunicado.

Segundo o PSD/Viseu, esta é “uma situação há muito sentida, que põe em causa o direito à igualdade no acesso aos cuidados de saúde”.

O PSD/Viseu lembra que, durante o anterior Governo, “foi prevista uma verba no âmbito do Programa Operacional Centro 2020 para a ampliação e requalificação do serviço de urgência” e que, em 2017, “tudo estava pronto para que finalmente o problema fosse resolvido”, com o projeto aprovado e 85% do financiamento garantido por fundos comunitários.

“Mas as obras – e estamos já em 2019 – nunca chegaram a ter início. O que se passou então?”, questiona.

Para o PSD/Viseu, “as obras não avançaram porque o Governo não quis”, uma vez que “era preciso autorizar o hospital a assumir encargos plurianuais, o que nunca se verificou”, tendo assim sido travado o início das obras.

“Mas porque terá o Governo tomado esta decisão quando as obras em causa são tão urgentes e os fundos comunitários estão garantidos, prejudicando cerca de meio milhão de habitantes”, interroga ainda.

O PSD prevê que a resposta “chegue nas próximas semanas, em plena campanha eleitoral, com o anúncio de que as obras irão agora avançar e que a autorização em falta será dada com a publicação do decreto de execução orçamental”.

“Preferíamos que as mesmas estivessem já a ser inauguradas. Mas tememos que o hipotético anúncio não passe, uma vez mais, disso mesmo”, acrescenta.



PSD/SETÚBAL RESPONSABILIZA CÂMARA DO SEIXAL PELA SITUAÇÃO NO BAIRRO DA JAMAICA

O presidente da distrital de Setúbal do PSD responsabiliza a Câmara do Seixal pela situação de carência habitacional no bairro da Jamaica, afirmando que a autarquia não assumiu as suas responsabilidades “durante décadas”. Em comunicado, Bruno Vitorino refere que o município do Seixal “nunca quis resolver” os problemas de Vale de Chicharos, mais conhecido como bairro da Jamaica, e também de Santa Marta de Corroios, outro bairro de lata localizado naquele concelho.

“Esta autarquia, a exemplo de outras no país, teve a oportunidade de acabar com este tipo de situações através do Plano de Realojamento Especial. No entanto, e ao contrário de outros municípios, o Seixal apresenta atualmente 526 famílias com necessidade de realojamento. Quase tantas como em 1993. Ou seja, praticamente nada mudou”, sublinhou.

O assunto foi abordado numa iniciativa organizada pela concelhia do PSD sobre bairros sociais, onde também esteve presente o ex-presidente do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Vítor Reis, que concordou que o bairro da Jamaica é um exemplo “de como uma câmara municipal se demite das suas funções e das suas competências”.

“Como é possível uma Câmara ter um edifício sede de milhões, ao mesmo tempo que convive com uma realidade como a do Bairro da Jamaica?”, questionou.

O bairro de Vale de Chicharos começou a formar-se na década de 1990, quando populações que vinham dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) começaram a fixar-se nas torres inacabadas, fazendo puxadas ilegais de luz, água e gás.

OBRAS NO PORTO DO PICO SÃO “IMPRESINDÍVEIS”



O presidente do PSD/Açores desafiou o Governo Regional a “ter obra para mostrar até final do ano” no Porto Comercial do Pico, alegando que se trata de um projeto “imprescindível e inadiável” para a ilha. “Após sete anos de promessas não cumpridas do Partido Socialista, desafio o Governo Regional a ter obra para mostrar até final do ano no Porto Comercial do Pico. E quando digo obra para mostrar, é mesmo obra de verdade. Não é lançar uma primeira pedra ou apresentar mais estudos ou projetos”, afirmou Alexandre Gaudêncio, num encontro com militantes da ilha do Pico, na freguesia de Santa Luzia, dia 11.

Para o líder dos social-democratas açorianos, “se o Governo Regional não tiver obra para mostrar até final do ano, a população da ilha do Pico saberá tirar as suas conclusões”.

Alexandre Gaudêncio sublinha que as obras de reordenamento do Porto Comercial e de um novo terminal de passageiros em São Roque “não são um capricho da população da ilha do Pico”.

“O porto está congestionado, o que prejudica o serviço prestado, nomeadamente na entrada e saída de turistas e passageiros. O crescente movimento de passageiros no Triângulo, particularmente no percurso Cais do Pico/Velas, torna ainda mais urgente esta obra”, considerou.

O líder dos social-democratas acrescentou que o Porto Comercial do Pico “é o terceiro com mais carga movimentada em todos os Açores”, o que justifica a necessidade “urgente” de avançar com a obra de reordenamento.

Em relação aos transportes aéreos, o presidente do PSD/Açores referiu que “a população da ilha do Pico merece outro tratamento por parte do Governo Regional e da administração da SATA”.

“Ainda hoje foi cancelado um voo da SATA aqui na ilha do Pico sem que fosse dada qualquer explicação. Já é hora de dizer basta. Este Governo Regional do Partido Socialista merece que lhe seja mostrado um cartão vermelho”, afirmou.

Para Alexandre Gaudêncio, “não podem ser os picoenses a pagar os erros cometidos pelo Governo Regional na gestão da SATA”.

VEREADORES DE ANGRA PROPÕEM MAIS INFORMAÇÃO SOBRE A TOURADA À CORDA

Os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo defendem a criação de um folheto de sensibilização “mais completo” sobre a tourada à corda, “uma vez que essa informação se destina a quem nos visita, e uma vez que o material que hoje se distribui padece de algumas omissões”, explica Marcos Couto.

“O atual folheto não esclarece que a missão dos pastores e da corda não é proteger as pessoas do toiro, mas sim proteger o próprio toiro, até porque no confronto direto com eventuais capinhas, é sempre dada vantagem ao animal”, adianta o social democrata.

Marcos Couto considera que “este aspeto é de máxima importância na atual conjuntura, em que o crescimento dos movimentos anti taurinos e defesa dos animais começam a pôr em causa as touradas, pelo que é necessário que se expliquem bem os fundamentos da nossa tradição”, disse.

Marcos Couto propôs ainda à autarquia que o folheto seja também editado em francês, alemão e espanhol, numa sugestão que foi bem acolhido pela atual gestão camarária, ciente de que é igualmente necessário alertar os turistas para os perigos das touradas.

Praça Velha “não tem dimensão”

O vereador Marcos Couto questionou a gestão socialista do município sobre o ponto de situação “relativamente ao parecer da Direção Regional da Cultura relativo à



construção do palco elevatório na Praça Velha”, salientando “que poderiam, e deviam ter sido estudadas outras soluções amovíveis, como palcos em atrelados”.

Ainda sobre a Praça Velha, o vereador Miguel Bezerra reiterou a sua discordância quanto à montagem da Feira do Natal naquele espaço, “não se justificando que se faça, porque o que acontece em outras cidades é a montagem esporádica de feiras. Essa importação de modelos é sempre muito subjetiva, o que se comprova pela

reduzida adesão de público e por não se enquadrar na nossa tradição”, disse.

Também Marcos Couto sublinhou que “a Praça Velha não tem dimensão para integrar tantas estruturas, pelo que quando se fala no que existe noutras cidades há que ter em atenção que são praças com outra dimensão e que permitem outro tipo de aproveitamento do espaço”, referiu.

POVO LIVRE

Director: Nuno Freitas

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

XV Governo Constitucional tomou posse



Nesta imensa tarefa colectiva todos serão chamados a contribuir para a construção do futuro de Portugal

● disse Durão Barroso

Páginas 8 a 10

Primeira reunião do Conselho de Ministros



Página 16

Ministros e Secretários de Estado do XV Governo Constitucional

Edição n.º 1276 do "Povo Livre" | de 10 de abril de 2002

"XV Governo Constitucional tomou posse". Ao fim da manhã de 10 de abril de 2002, no Palácio da Ajuda, o Presidente da República empossou o XV Governo Constitucional. Na tarde de segunda-feira seguinte, o então Presidente da República, Jorge Sampaio, conferiu posse aos secretários de Estado, ficando assim completo o elenco governamental.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**DISTRITAIS****VIANA DO CASTELO**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 27 de fevereiro (quarta-feira) de 2019, pelas 21h00, no auditório (pisso-1) do Hotel Flôr de Sal, situado na Avenida de Cabo Verde, nº 100 – Praia Norte, em Viana do Castelo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. PSD 4.0 – Reforma do sistema político e eleitoral, e revisão estatutária do PSD;
2. Apresentação, discussão e votação das contas anuais do exercício de 2018;
3. Análise da situação política local e nacional.

Nota:

Se à hora marcada não existir quórum, fica desde já a mesma reunião convocada para meia hora depois, ou seja, às 21h30.

SECÇÕES**ABRANTES**

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Abrantes, para reunir no próximo de 2 de março (sábado) de 2019, pelas 17h00, na sede, sita na Rua de São Pedro, nº 22, 1º A, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação da ata da Assembleia de Secção anterior;
2. Análise da situação político partidária;
3. Abrantes e interioridade: os desafios do Concelho.

CAMINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PPD/PSD, convoco uma reunião Ordinária da Assembleia da Secção do PSD de Caminha, a realizar no próximo dia 27 de fevereiro (quarta-feira) de 2019, pelas 19h00, na morada da sede da Secção, sita na Rua da Corredoura, nº 22 – Caminha, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Apresentação, discussão e votação das contas anuais do exercício de 2018.

Nota: Se à hora marcada não existir quórum, fica desde já a mesma reunião convocada para meia hora depois, ou seja, às 19h30.

MARVÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Marvão do PSD para uma Assembleia da Secção, no dia 23 de março (sábado) de 2019, entre as 16h00 e as 18h00, no salão da Junta de Freguesia de S. Salvador de Aramenha, em S. Salvador de Aramenha/Marvão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;
2. Eleição da Comissão Política da Secção.

Nota:

As candidaturas terão que ser entregues ao Presidente da Mesa da Comissão Política da Secção ou a quem a substitua até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Oliveira de Frades, em sessão extraordinária, para reunir no próximo dia 28 de fevereiro (quinta-feira) de 2019, pelas 21h00, na sua Sede sita no Jardim Dr. José Dinis Vieira, em Oliveira de Frades, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação do Relatório de Contas de 2018;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

NÚCLEOS**AVINTES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Avintes para reunir no dia 23 de março (sábado) de 2019, às 17h00, em sistema de urna aberta, na sede concelhia do PSD Gaia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição da Comissão Política do Núcleo do PSD de Avintes.

Notas:

1. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior à realização do ato eleitoral.
2. A sede concelhia está aberta para receção de listas no último dia das 21h30 às 24h00.
3. As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 19h00.

GULPILHARES E VALADARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Gulpilhares e Valadares para reunir no dia 23 de março (sábado) de 2019, às 17h00, em sistema de urna aberta, na sede concelhia do PSD Gaia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição da Comissão Política do Núcleo do PSD de Gulpilhares e Valadares.

Notas:

1. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior à realização do ato eleitoral.
2. A sede concelhia está aberta para receção de listas no último dia das 21h30 às 24h00.
3. As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 19h00.

SANTA MARINHA E AFURADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Santa Marinha e Afurada para reunir no dia 23 de março (sábado) de 2019, às 17h00, em sistema de urna aberta, na sede concelhia do PSD Gaia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição da Comissão Política do Núcleo do PSD de Santa Marinha e Afurada.

Notas:

1. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior à realização do ato eleitoral.

2. A sede concelhia está aberta para receção de listas no último dia das 21h30 às 24h00.
3. As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 19h00.

VILAR DE ANDORINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Vilar de Andorinho para reunir no dia 23 de março (sábado) de 2019, às 17h00, em sistema de urna aberta, na sede concelhia do PSD Gaia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição da Comissão Política do Núcleo do PSD de Vilar de Andorinho.

Notas:

1. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior à realização do ato eleitoral.
2. A sede concelhia está aberta para receção de listas no último dia das 21h30 às 24h00.
3. As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 19h00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jdsd.pt

**RECTIFICAÇÃO
CONGRESSO DISTRITAL
DE PORTALEGRE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Congresso Distrital de Portalegre da JSD para reunir no próximo dia 23 de Março de 2019, pelas 15h00m, no Centro Cultural de Arronches, sito na Rua A, Bairro de Santo António, Arronches, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Abertura e Boas-vindas;
- 2 – Apresentação e discussão das Moções Sectoriais;
- 3 – Apreciação do mandato distrital 2017-2019;
- 4 – Apresentação das Moções de Estratégia Global e das Candidaturas;
- 5 – Eleição dos órgãos distritais para o mandato 2019-2021 e Aprovação da Moção de Estratégia Global;
- 6 – Votação das Moções Sectoriais e aprovação de Militantes Honorários;
- 7 – Publicitação, após apuramento, dos resultados;
- 8 – Encerramento.

Notas:

As listas devem ser apresentadas até às 23h59 do terceiro dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem este delegar e o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Distrital da JSD, na sede distrital do PSD, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, N.º 17, Portalegre. As urnas estarão abertas entre as 15 horas e as 17 horas.

CONSELHO DISTRITAL DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o I Conselho Distrital da JSD Évora, para reunir no dia 16 de Março de 2019 (sábado), pelas 16h30m, na Sede do PSD Vendas Novas, sita na Rua da Azinheira, nº8 (7080-150) em Vendas Novas, com a se-

guinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Aprovação dos Delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD Évora.
- 3 – Análise da situação política;
- 4 – Outros assuntos.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da Guarda para o Plenário Concelhio da JSD Guarda, a realizar-se no dia 2 de Março de 2019, pelas 21h00m, na sede do PSD de Guarda, na Rua Marquês de Pombal, 3 - 2º com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Situação política local e nacional;
- 2 – Outros assuntos.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da Póvoa de Lanhoso, para o Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 29 de Março de 2019 (sexta-feira), pelas 18 horas e 30 minutos, na Sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa da Comissão Política Concelhia da JSD da Póvoa de Lanhoso.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia da JSD da Póvoa de Lanhoso ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede da Concelhia do PSD da Póvoa de Lanhoso, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas das 18 horas e 30 minutos às 21 horas.

NÚCLEO DO BONFIM - PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo JSD Bonfim do Porto para reunir em Plenário Ordinário no próximo dia 07 de Março de 2019, pelas 21h30m, na Sede do PSD e da JSD Bonfim, sita na Avenida Rodrigues de Freitas n.º 50, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Informações;
- 3 - Outros assuntos de interesse em geral.

Nota:

Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, o Plenário Ordinário realizar-se-á, no mesmo local, 30 minutos depois, isto é, às 22h00, com qualquer número de presentes.



NOVA CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA DISTRITAL TSD /BRAGANÇA

DIA 15.MAR.2019

Nos termos do ponto 2, do Artº 41º dos Estatutos dos TSD e do nº3, do Artº 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Bragança, para a Assembleia Distrital dos TSD/Bragança, que se realiza no dia **15 de Março de 2019** das **18H00 às 21H30**, no local abaixo indicado:

Sede Concelhia Mirandela – Av. 25 de Abril, 273 – Sub - Loja Esq. Fração G

Com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD

- a) Mesa da Assembleia Distrital
- b) Secretariado Distrital

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2019

Pe'l O Secretariado Nacional

António Pedro Roque Oliveira

Secretário Geral